

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM

31 DE MARÇO DE 2018

SUMÁRIO

	FOLHA
1 BALANÇO PATRIMONIAL	3 e 4
2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7 NOTAS EXPLICATIVAS	9 a 25
8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	26 a 27

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de Março de 2018

Valores expressos em milhares de reais

A T I V O	NE nr.	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		67.934	77.216
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	28.910	37.905
Clientes	4.2	24.872	25.380
Outros Créditos	4.3	5.042	4.722
Despesas Antecipadas	4.4	9.110	9.209
NÃO CIRCULANTE		589.726	598.234
Realizável a Longo Prazo		25.285	27.885
Depósitos Judiciais	4.5	77	78
Tributos Diferidos	4.6	24.450	24.775
Despesas Antecipadas	4.4	758	3.032
Imobilizado	4.7	394.118	397.787
Intangível	4.8	170.323	172.562
TOTAL DO ATIVO		657.660	675.450

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de Março de 2018

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		125.124	164.575
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.9	272	222
Fornecedores	4.10	3.337	3.324
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.11	6.974	36.964
Outras Obrigações Fiscais	4.12	1.977	2.146
Debêntures	4.17	20.226	30.370
Dividendos a Pagar	4.13	24.055	24.055
Concessão de Uso de Bem Público	4.14	59.269	58.411
Pequisa e Desenvolvimento	4.15	7.760	7.467
Outras Contas a Pagar	4.17	1.254	1.616
NÃO CIRCULANTE		453.552	449.149
Concessão de Uso de Bem Público	4.14	453.552	449.149
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		78.984	61.726
Capital Social	6.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.3	255	255
Reserva Legal	6.2	7.100	7.100
Dividendos Adicionais Propostos	6.4	18.868	18.868
Lucro 1º Trimestre 2018		17.258	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		657.660	675.450

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	NE nr.	31/03/2018	31/03/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8	69.235	68.756
(-) Custos Operacionais	9	(21.148)	(18.610)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		48.087	50.146
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.282)	(1.478)
Despesas Administrativas	10.a	(1.428)	(1.478)
Outras receitas	10.b	146	-
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		46.805	48.668
RESULTADO FINANCEIRO		(20.666)	(18.637)
Receitas financeiras	10.c	371	962
Despesas financeiras	10.d	(21.037)	(19.599)
LUCRO OPERACIONAL		26.139	30.031
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.881)	(10.186)
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.11	(8.556)	(9.861)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	4.11	(325)	(325)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.258	19.845
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>0,286</i>	<i>0,329</i>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.258	19.845
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono	6.3	-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	4.6	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		17.258	19.845

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		35.503	255	7.100	-	36.843	-	79.701
Lucro do período - Janeiro a Março 2017		-	-	-	-	-	19.845	19.845
<u>Destinação da proposta à A.G.O</u>								
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(36.843)	-	(36.843)
Saldos em 31 de março de 2016		35.503	255	7.100	-	-	19.845	62.703
Lucro do período - abril a dezembro 2017		-	-	-	-	-	76.375	76.375
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(53.297)	(53.297)
<u>Destinação da proposta à A.G.O</u>								
Dividendos obrigatórios	4.14	-	-	-	-	-	(24.055)	(24.055)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	18.868	(18.868)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		35.503	255	7.100	-	18.868	-	61.726
Dividendos adicionais	4.13					-		-
Lucro do período - Janeiro a Março 2018							17.258	17.258
Saldos em 31 de março de 2018		35.503	255	7.100	-	18.868	17.258	78.984

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Março de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/03/2018	31/03/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		17.258	19.845
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	4.7	4.110	4.586
Amortização de intangível - Concessão	4.8	2.239	2.641
Variações monetárias não realizadas	10.d	20.929	19.475
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.6	325	325
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	9	2.274	2.274
Saldo do resultado da repactuação risco hidrológico	9	-	(2.583)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	4.2	508	423
Outros créditos	4.3	(320)	(103)
Despesas pagas antecipadamente	4.4	99	(361)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	4.9	50	50
Fornecedores	4.10	13	377
Imposto de renda e contribuição social	4.11	(29.990)	(6.421)
Outras obrigações fiscais	4.12	(169)	(99)
Pagamento de encargos de debêntures	4.17	(460)	(2.197)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	4.14	(15.199)	(15.422)
Pesquisa e desenvolvimento	4.15	293	292
Outros valores a pagar	4.16	(362)	(350)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.598	22.752
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	4.7	(441)	(113)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(441)	(113)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	4.13	-	(11.116)
Resgate de debêntures	4.17	(10.152)	(10.152)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(10.152)	(21.268)
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(8.995)	1.371
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4.1	37.905	38.483
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4.1	28.910	39.854
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(8.995)	1.371

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de Março de 2018 e 2017
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	31/03/2018	31/03/2017		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	8	72.684	72.260		
Total		72.684	72.260		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Eletrica comprada para revenda	9	4.448	4.282		
Encargos de uso da rede eletrica	9	3.092	2.823		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	9	2.150	1.501		
Material, insumos e serviço de terceiros	9 e 10	5.202	4.000		
Outros insumos	9				
Total		14.892	12.606		
(=) Valor adicionado bruto		57.792	59.654		
(-) Depreciação e amortização	9 e 10	6.348	7.227		
(=) Valor adicionado líquido		51.444	52.427		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	10.C	371	961		
Total		371	961		
Valor adicionado a distribuir		51.815	53.388		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31/03/2018	%	31/03/2017	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	10.a	671		616	
Planos previdenciarios e assistencial	10.a	171		21	
Benefícios	10.a	63		70	
Encargos sociais - FGTS	10.a	23		159	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
Total		928	1,8	866	1,6
Governo					
Federal		12.522		13.003	
Estadual		-		-	
Municipal		16		15	
Total		12.538	24,2	13.018	24,4
Terceiros					
Juros e variações monetárias	10.D	21.037		19.600	
Arrendamentos e aluguéis	10.a	54		59	
Total		21.091	40,7	19.659	36,8
Acionistas					
Lucros no 1º trimestre		17.258		19.845	
Total		17.258	33,3	19.845	37,2
		51.815	100	53.388	100

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Levantadas em 31 de Março de 2018

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba – PR, e tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração energética do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC, localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL e prazo final, alterado de outubro de 2036, para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL, será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	246,411	140,300

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Março de 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Das novas normas em vigor a partir de 2018

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Considerando-se as características de curto prazo das operações dos ativos financeiros mantidos como Caixa e equivalentes de caixa e a opção dada pelo item 4.1.5 do CPC 48, a Companhia entende que a classificação que melhor representa sua mensuração é a categoria **Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**. Esta designação será feita, de modo irrevogável, no reconhecimento inicial.

A designação definida pela Companhia não trará efeitos na demonstração financeira, uma vez que esses já são reconhecidos ao valor justo por meio do resultado, e atualmente, e, exclusivamente, registrados como Caixa e equivalentes.

IFRS 15 – Reconhecimento de Receita.

A receita com a venda de energia gerada pela Companhia no ano de 2017 até 2019 está contratada com partes relacionadas. Sendo 97,6% com a Copel Distribuição referente a energia gerada pelas UHEs, e 2,4% gerada pelas PCHs, com a Copel Comercialização. Portanto as novas normas aplicáveis a partir de Janeiro 2018 não impactarão nas demonstrações financeiras, mantendo as mesmas regras atuais de reconhecimento da receita.

As eventuais sobras de energia, gerada somada a comprada, são apuradas e reconhecidas conforme contabilização mensal, no âmbito da CCEE Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

Práticas Contábeis

a) Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

c) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução da ANEEL n° 367 de 02 de setembro de 2009.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2019 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

f) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata die”.

g) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

h) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

i) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

4. CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Disponibilidades

	Saldos em	31/03/18	31/12/17
Caixa		5	3
Banco conta movimento		125	70
Aplicações financeiras de curto prazo		28.780	37.832
		28.910	37.905

O saldo de aplicações financeiras refere-se a investimentos em fundos conservadores de renda fixa (CDB DI) junto a Caixa Econômica Federal, compromissados a uma taxa de 98,00%, da variação da taxa do CDI cujos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (pro rata temporis).

4.2 Clientes

A conta clientes está composta da seguinte forma:

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/17
COPEL Distribuição S/A		24.231	24.230
COPEL Comercialização S/A		641	748
Prime Energy Comercializadora		-	402
		24.872	25.380

Descrição	Saldos vencidos em	31/03/18	31/12/17
Suprimentos		24.872	25.380
		24.872	25.380

4.3 Outros créditos

O valor de R\$ 5.042 a título de outros créditos é composto:

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/17
Serviços em Curso (*)		5.041	4.718
Adiantamento a fornecedores		1	4
		5.042	4.722

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

4.4 Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/17
Curto Prazo			
Seguro das usinas		-	94
Seguro fornecedores de energia		12	16
Seguro sede administrativa		-	1
Repactuação do Risco Hidrológico		9.098	9.098
		9.110	9.209
Longo Prazo			
Repactuação do Risco Hidrológico		758	3.032
		758	3.032

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuídos:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e
R\$ 39.369, a título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído conforme abaixo:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível a amortizar a partir de 2019	R\$	8.273
Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

4.5 Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2016	78
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	78
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
Saldo em 31 de março de 2018	78

4.6 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2015 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013 e que monta os seguintes:

	Saldo em 31/12/2016	Reconhecidos		Saldo em 31/12/2017	Reconhecidos		Saldo em 31/03/2018
		Resultado do exercício	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	Patrimônio líquido	
Ativo não circulante							
RTT - Regime Tributário de Transição							
ICPC 01 - Contratos de concessão	26.206	(1.299)	-	24.907	(325)	-	24.582
(-) Créditos de Carbono							
CPC 38 - Instrumentos financeiros	(132)	-	-	(132)	-	-	(132)
Ativo diferido - LÍQUIDO	26.074			24.775			24.450

4.7 Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/17	Movimentação				Saldo em 31/03/18		
		Adições	Depr.	Baixas	Transf.	Valor residual	Depreciação acumulada	Custo
GERAÇÃO	391.607	446	(4.016)	-	-	388.037	215.477	603.514
Em Serviço	376.538	91	(4.016)	-	-	372.613	215.477	588.090
Terrenos	4.462	-	(43) *	-	-	4.419	1.940	6.359
Reservatórios, barragens e adutora	207.579	-	(2.284)	-	-	205.295	116.410	321.705
Edif., obras civis e benfeitorias	42.125	-	(449)	-	-	41.676	22.685	64.361
Máquinas e equipamentos	122.162	91	(1.230)	-	-	121.023	74.029	195.052
Móveis e utensílios	210	-	(10)	-	-	200	413	613
Em Curso	15.069	355	-	-	-	15.424	-	15.424
Terrenos	1.718	-	-	-	-	1.718	-	1.718
Edif., obras civis e benfeitorias	369	-	-	-	-	369	-	369
Máquinas e equipamentos	422	288	-	-	-	710	-	710
Material em depósito	2.827	67	-	-	-	2.894	-	2.894
Depósitos judiciais - Terras	9.733	-	-	-	-	9.733	-	9.733
TRANSM. / CONEXÃO	6.068	-	(86)	-	-	5.982	2.944	8.926
Em Serviço	6.068	-	(86)	-	-	5.982	2.944	8.926
Edif., obras civis e benfeitorias	15	-	-	-	-	15	12	27
Máquinas e equipamentos	6.047	-	(86)	-	-	5.961	2.926	8.887
Móveis e utensílios	6	-	-	-	-	6	6	12
ADM. CENTRAL	112	-	(8)	-	-	5	251	350
Em Serviço	112	-	(8)	-	(5)	99	251	350
Máquinas e equipamentos	63	-	(3)	-	(5)	55	23	78
Móveis e utensílios	49	-	(5)	-	-	44	228	272
	397.787	446	(4.110)	-	(5)	394.118	218.672	612.790

(*) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

4.8 Intangível

Em função da adoção das práticas contábeis já utilizadas na controladora, a partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/17	Movimentação				Saldos em 31/03/18		
		Adições	Amortiz.	Baixas	Capit aliza ções	Valor residual	Amortiz. Acumulada	Custo
GERAÇÃO	172.552	-	(2.238)	-	-	170.314	104.504	274.818
Intangível em Serviço	172.552	-	(2.238)	-	-	170.314	104.504	274.818
Concessão - Uso de Bem Público	161.557	-	(2.142)	-	-	159.415	104.504	263.919
Servidões de Passagem Florestal	2.763	-	-	-	-	2.763	-	2.763
Créditos de Carbono	720	-	-	-	-	720	-	720
Repactuação Risco Hidrológico - (*)	7.485	-	(96)	-	-	7.389	-	7.389
Intangíveis	27	-	-	-	-	27	-	27
ADMINISTRAÇÃO	10	-	(1)	-	-	9	4	13
Intangível em Serviço	10	-	(1)	-	-	9	4	13
Softwares	10	-	(1)	-	-	9	4	13
Total	172.562	-	(2.239)	-	-	170.323	104.508	274.831

4.9 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/12/17	31/12/16
Contribuições Previdenciárias Retidas		8	7
Imposto de Renda Retido na Fonte		62	60
Bolsa Estágio		5	-
Provisão de férias e 13º salário		147	129
		222	196

4.10 Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/2017
Compra de energia - Mercado Livre		1.467	1.474
Encargos de uso da rede elétrica		1.024	1.055
Materiais e serviços		846	795
		3.337	3.324

4.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/17
Imposto de renda - Lucro Real		6.290	33.820
(-) Imp. renda pago por estimativa		(948)	(5.600)
(-) Imp. Renda retido na fonte		(96)	(751)
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		2.267	12.775
(-) Contr.Social pago por estimativa		(539)	(3.280)
		6.974	36.964

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

Descrição	31/03/18	31/12/17
Lucro líquido antes dos tributos	26.139	144.113
Ajustes ao lucro contábil	(955)	(2.173)
Adições de despesas indedutíveis	-	1.649
Despesas Indedutíveis		8
Incentivos fiscais		1.641
Exclusões de despesas dedutíveis	(955)	(3.822)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(955)	(3.822)
Lucro fiscal do período	25.184	141.940
IRPJ e CSLL Correntes	8.881	46.595
Alíquota efetiva sobre lucro líquido antes dos tributos	33,98%	32,33%

4.12 Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/17
Tributos retidos na fonte		181	224
Previdência Social INSS		45	55
FGTS		6	12
PIS e Cofins		1.745	1.855
		1.977	2.146

4.13 Dividendos à Pagar

Acionistas	Ações Ordinárias	Part. %	Dividendos propostos	
			31/03/18	31/12/17
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	16.838	16.838
Paineira Participações S/A	18.090	30%	7.217	7.217
	60.300	100%	24.055	24.055

4.14 Encargos de Outorga ANEEL

A presente concessão foi outorgada através de leilão realizado em 28/06/2001, com assinatura de contrato em 25/10/2001 e data final prevista para 25/10/2036. Outorga através do Decreto Presidencial de 23/10/2001.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas

mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

Em 31/03/2018 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 225 (duzentas e vinte e cinco) parcelas mensais restantes até o término da concessão, alterado de outubro/2036, para maio/2037, conforme despacho nº 43 – SRM-SRG/ANEEL – DOU nº 43, totalizava R\$ 1.170.168 mil, a valores nominais, e, a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Em 31/12/2016	62.103	456.269	518.372
Transferências	61.614	(61.614)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.614)	-	(42.614)
Variação monetária	(3.692)	54.494	50.802
Em 31/12/2017	58.411	449.149	507.560
Transferências	15.199	(15.199)	-
Pagamentos valor original	(4.750)	-	(4.750)
Pagamentos correção IGP-M	(10.449)	-	(10.449)
Variação monetária	858	19.602	20.460
Em 31/03/2018	59.269	453.552	512.821

4.15 Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/03/2018, é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 31/12/17	191	95	7.181	-	7.467
Constituições	277	138	277	-	692
Juros SELIC	-	-	30	-	30
Recolhimentos	(286)	(143)	-	-	(429)
Em 31/03/18	182	90	7.488	-	7.760

4.16 Outras contas a Pagar

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/17
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.245	1.607
Cauções em garantia		9	9
		1.254	1.616

4.17 Debêntures

Debêntures 2ª emissão	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 31/03/2018
			1ª parcela	60ª parcela			
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00% a.a	203.000	20.263
Circulante							20.263
Não circulante							-

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extra grupo, na forma percentual, acrescida de um *spread* ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela com vencimento em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

Destinação:

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.

Garantias:

Fidejussória

Intervenientes garantidores:

Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

Agente fiduciário:

Pentágono S.A – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Mutação das debêntures:

Consolidado	Moeda nacional		Total em R\$ mil
	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2016	40.488	30.496	70.984
Transferencias	30.456	(30.456)	-
Encargos	5.691	(40)	5.651
Pgtos de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pgtos de encargos	(5.657)	-	(5.657)
Em 31 de dezembro de 2017	30.370	-	30.370
Encargos	505	-	505
Pgtos de principal	(10.152)	-	(10.152)
Pgtos de encargos	(460)	-	(460)
Em 31 de março de 2018	20.263	-	20.263

5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Tendo em vista a análise de nossas assessorias jurídicas especializadas, não foram constatadas a existência de processos relativos a ações de natureza com risco de perda classificado como “PROVÁVEL”, portanto desnecessário a constituição de provisões para tal.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/03/2018, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

6.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.100, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

6.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE’s (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

6.4 Dividendos Adicionais

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição antecipada de dividendos do exercício de 2017 no valor de R\$ 53.297, e a proposta (Nota: 4.13) dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 24.055, propôs o registro a título de dividendos adicionais a distribuir no valor de R\$ 18.868, para posterior aprovação através da AGO..

7. AÇÕES JUDICIAIS

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

Ações Trabalhistas e Cíveis

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/17
Ações trabalhistas		952	952
Ações cíveis		430	430
		1.382	1.382

8. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/03/17
Geração		72.241	69.532
Venda de Energia UHEs		70.379	68.085
Venda de Energia PCHs		1.862	1.447
Comercialização		443	2.728
MRP - CCEE		443	992
Revenda Energia MCP		-	1.736
Receita Bruta		72.684	72.260
Contribuição para PIS		(491)	(502)
Contribuição para COFINS		(2.266)	(2.314)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(692)	(688)
Deduções da Receita Bruta		(3.449)	(3.504)
RECEITA LÍQUIDA		69.235	68.756

9. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/03/17
Materiais		(44)	(56)
Serviços de Terceiros		(2.513)	(2.723)
Depreciação		(4.102)	(4.579)
Amortização		(2.239)	(2.641)
Seguros		(98)	(126)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(2.149)	(1.501)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(158)	(158)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(3.092)	(2.823)
(*) Compra de Energia - Mercado Livre		(4.448)	(4.282)
(*) Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(2.274)	(2.274)
(**) Repactuação do Risco Hidrológico		-	2.583
Outros custos		(31)	(30)
		(21.148)	(18.610)

10. DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/03/17
Pessoal		(470)	(433)
Administradores		(458)	(434)
Material		(6)	(6)
Serviços de Terceiros		(211)	(463)
Depreciação		(8)	(7)
Arrendamento e Aluguéis		(54)	(59)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(48)	(16)
Outras despesas		(173)	(59)
		(1.429)	(1.478)

b) Outras receitas

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/12/17
Sobras de inventário		146	-
		146	-

c) Receitas financeiras

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/03/17
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		371	962
		371	962

d) Despesas Financeiras

Descrição	Saldos em	31/03/18	31/03/17
Juros e encargos - debêntures		(514)	(2.236)
Encargos da concessão - UBP		(20.460)	(17.283)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(33)	(42)
Juros e correções - P & D		(30)	(38)
		(21.037)	(19.599)

11. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 11/03/2018 a 11/03/2019	Multi Risco	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundão	459	197.800
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 14/05/2017 a 14/05/2018	Risco Nomeado	Sede Administrativa - (Escritório Central)	2	1.425
POTENCIAL SEGURADORA S.A 01/01/2018 a 01/01/2019	Garantia Contratual	Contrato de compra Energia	16	4.358
Total			477	203.583

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 413498, com a METLIFE.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

Parte Relacionada Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.03.18	31.12.17	31.03.18	31.12.17	31.03.18	31.12.17
Acionista controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar			16.838	16.838		
Acionista						
Paineira Participações S.A.						
Dividendos a pagar			7.216	7.216		
Outras partes relacionadas						
Copel Distribuição S.A.						
Suprimento energia	24.230	24.230			70.379	282.235
Encargos do uso da rede			1.024	1.055	(3.092)	(12.000)
Copel Comercialização S.A.						
Suprimento energia	641	747			1.862	9.662
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Serviço de operação e manutenção			654	695	(1.863)	(8.920)
Planejamento energético			59	59	(177)	(743)
Copel Telecomunicações S.A.						
Serviços de telecomunicações					(22)	(283)

13. **CONTINUIDADE OPERACIONAL**

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

14. **GERENCIAMENTO DA SUSTENTABILIDADE E AMBIENTAL**

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

15. **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

	NE	31/03/18		31/12/17	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento	4.1	125	125	73	73
Aplicações financeiras	4.1	28.780	28.780	37.832	37.832
Recebíveis					
Clientes	4.2	24.872	24.872	25.380	25.380
Total dos ativos financeiros		53.777	53.777	63.285	63.285
Passivos financeiros					
Debêntures	4.18	20.263	20.263	30.370	30.370
Total dos passivos financeiros		20.263	20.263	30.370	30.370

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo dos títulos e valores mobiliários em 31 de março de 2018

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/03/18	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	95,50	24/11/2017	09/11/2020	Custo amortizado	56	56
CDB - Bradesco	90,00	19/01/2018	04/01/2021	Custo amortizado	18	18
CDB - Bradesco	90,00	13/03/2018	15/02/2021	Custo amortizado	179	179
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	22/02/2018	12/02/2020	Custo amortizado	6.598	6.598
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	21/03/2018	21/03/2019	Custo amortizado	21.920	21.920
Caixa Econ.Federal	6%+TR	29/11/2016		Poupança	9	9
					28.780	28.780

Clientes

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo a vencer em 2019, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

Debêntures

As Debêntures estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos da respectiva escritura de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.

Julio Jacob Junior
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

À

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de março de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração

está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de abril de 2018

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS – 005460/0-O “T” SP



DENNIS PAVIA VILLALVA
CRC 1SP – 246.768/O-6
Responsável Técnico